

Os elementos conservadores do autoritarismo na Ditadura Militar (1964-1985)

The conservative elements of authoritarianism in the Military Dictatorship (1964-1985)

Rodrigo de Souza Costa

Mestrando em História Política

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

rodrigo.souza.costa@uerj.br

Recebido: 19/07/2023

Aprovado: 18/11/2023

Resumo: Neste artigo discutiremos aspectos conservadores presentes na Ditadura Militar (1964-1985), tendo como ponto de partida um verbete do “Dicionário crítico do pensamento da direita”. O nosso objetivo é demonstrar a interseção histórica entre conservadorismo e autoritarismo enquanto elementos constituintes da sociedade capitalista. Considerando as características autocráticas da burguesia na periferia do capitalismo, o conservadorismo é um dos instrumentos dessa dominação que toma formas autoritárias. No Brasil o autoritarismo teve seus ideólogos conservadores, nacionais e estrangeiros, que influenciaram as bases doutrinárias dos governos militares. A intenção não é negar a diversidade de perspectiva política e ideológica no período, mas traçar a trajetória do autoritarismo e o seu papel nos eventos políticos, econômicos e sociais, assim como evidenciar seus fundamentos conservadores.

Palavras-Chave: Autoritarismo; Conservadorismo; Ditadura Militar

Abstract: In this article, we will discuss conservative aspects present in the Military Dictatorship (1964-1985), having as a starting point an entry from the “Dicionário crítico do pensamento da direita”. We aim to demonstrate the historical intersection between conservatism and authoritarianism as constituent elements of capitalist society. Considering the autocratic characteristics of the bourgeoisie on the periphery of capitalism, conservatism is one of the instruments of this domination that takes authoritarian forms. In Brazil, authoritarianism had its conservative ideologues, national and foreign, that influenced the doctrinal bases of military governments. The intention is not to deny the diversity of political and ideological perspectives in the period, but to trace the trajectory of authoritarianism and its role in political, economic and social events, as well as highlighting its conservative foundations.

Keywords: Authoritarianism; Conservatism; Military Dictatorship.

Introdução

No “Dicionário crítico do pensamento da direita: ideias, instituições e personagens” Carlos Fico se encarregou da elaboração do verbete intitulado “Conservadorismo durante a ditadura militar”. Segundo o autor, durante o período não havia pensamento homogêneo entre os militares, que se dividiam em diversos grupos, como linha dura, moderados, nacionalistas e outros (FICO, 2000). A união desses grupos ocorreria mais através do autoritarismo e menos pelo conservadorismo. A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) seria a expressão desse pensamento autoritário, principalmente durante a conspiração que levou ao Golpe de 1964, e que teve como espaços de planejamento e ação, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), a Escola Superior de Guerra (ESG) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) (*Ibidem*). No entanto, Fico afirma que doutrinas sistêmicas e grandes planos de ação tiveram pequena relevância durante os governos militares¹, evidenciando que a DSN foi adaptada de formas diferentes durante os governos militares, e a própria ESG entrou em decadência após o Golpe (*Ibidem*). Ainda assim, a DSN enquanto pensamento sistêmico baseado no anticomunismo e influenciado pela Guerra Fria surgiu dentro da ESG e circulou nos meios militares.

O autor faz referência à ideia de “poder moderador”, difundida entre os militares, que consistia na crença de que a população brasileira era “despreparada” para a democracia devido aos seus traços sentimentais e a baixa educação. Igualmente, os políticos seriam demagogos e populistas incapazes de conhecer a realidade nacional. A intervenção militar se justificaria a fim de resolver a “crise moral” e combater a corrupção, mesmo que isso fosse feito com o sacrifício da democracia. Essas ideias remontam o pensamento de intelectuais da Primeira República, como Oliveira Vianna (*Ibidem*).

O verbete de Carlos Fico será usado como ponto de partida para refletirmos sobre as relações entre o conservadorismo e o autoritarismo na América Latina, bem como o surgimento do pensamento autoritário no Brasil. Por fim, discutiremos como esses elementos estiveram presentes durante a Ditadura Militar, problematizando o fato de que Fico cita a existência de um pensamento autoritário apenas entre os militares, ignorando grupos de poder que compartilhavam de concepções

¹O que é questionável, como será demonstrado ao longo do texto.

semelhantes no período e fizeram parte do apoio ao governo dos militares. É preciso lembrar que, conforme será discutido mais a frente, a ESG, através de seus cursos, e o IPES, eram espaços em que civis e militares conspiravam em conjunto contra o governo João Goulart e participavam da elaboração e difusão da DSN.

Por outro lado, o termo “autoritarismo” não deve ser utilizado de forma autoexplicativa. Em “Apontamento sobre a ‘teoria do autoritarismo’”, o sociólogo Florestan Fernandes alerta para a ambiguidade da forma como o conceito é usado, tratando de forma equivalente as experiências socialistas e os regimes totalitários (FERNANDES, 1979). Conforme Friedrich Engels, o Estado não é um ente autônomo, sendo na verdade um produto das relações de poder da sociedade, se pondo acima dela em nome da ordem (*Ibidem*, p.12). Prosseguindo, explica que

Do micro ao macro, a sociedade capitalista contém toda uma rede de relações autoritárias, normalmente incorporadas às instituições, estruturas, ideologias e processos sociais, e potencialmente aptas a oscilar em função de alterações do contexto (ou, mesmo, de conjunturas adversas), tendendo a exacerbar-se como uma forma de autodefesa dos interesses econômicos, sociais e políticos das classes possuidoras e dominantes (ao nível institucional ou ao nível global). (*Ibidem*, p.13)

Quando essas relações autoritárias se exacerbam, as estruturas de dominação burguesa ficam em evidência, de modo que o Estado de exceção tem origem no Estado democrático (*Ibidem*, p. 14). Conforme demonstraremos no decurso deste artigo, o autoritarismo é uma expressão do pensamento conservador, que é uma das formas de dominação burguesa engendrada no seio da modernidade, se tornando um espectro que historicamente rondou as sociedades sul-americanas, entre elas o Brasil.

As origens do pensamento conservador

O pensamento conservador não é unificado por uma teoria política comum e os próprios conservadores pouco se dedicaram a sistematizar as próprias ideias. A origem do conservadorismo é uma reação à ideia surgida no século XVIII de que é possível alcançar a felicidade pela razão, sendo o indivíduo o núcleo da mudança (BONAZZI, 1999, pp. 243-243). Nessa concepção, o conhecimento não se restringe ao particular, sendo essa a atitude básica do racionalismo, excluindo a experiência

particular, substituída pelo pensamento quantitativo e abstrato, em um fenômeno ligado ao surgimento do capitalismo (MAINNHEIM, 1986, p. 92).

Os modos de pensar que são concretos, intuitivos e qualitativos jamais desapareceram por completo (*Ibidem*, p. 93). No entanto, é preciso diferenciar o tradicionalismo do conservadorismo. Tradicionalismo é a tendência de se apegar a “velhas formas de vida que podemos considerar como razoavelmente onipresentes e universais” (*Ibidem*, p. 102) e desta forma, um fenômeno da psicologia geral de se apegar ao passado e temer inovações (*Ibidem*, p. 107). Já o conservadorismo seria uma configuração objetiva, dinâmica e historicamente desenvolvida, constituindo um estilo de pensamento que pode incluir elementos tradicionais (*Ibidem*, pp. 105-106). O conservador não é aquele que entende o presente como começo do futuro, mas como o último ponto alcançado pelo passado (*Ibidem*, 1986, p. 124). O conservadorismo aceita a tese de constante desenvolvimento da sociedade, porém enquanto constante acúmulo e nunca como ruptura ou superação. Do mesmo modo, dentro da perspectiva conservadora, o poder político não é visto como algo a ser superado, mas como aquilo que cimenta a sociedade e deve ser controlado e limitado pela supremacia das leis (BONAZZI, 1999, p. 245).

O mais clássico pensador conservador foi Edmund Burke (1729-1797), que era contrário à ideia da razão como medida do real e como juíza do mundo social, que pudesse exigir mudanças através de valores autônomos, enquanto defendia a existência de um sistema de valores transcendentais e um universo moral estável. Sendo assim, a natureza humana é vista como imutável pela ação política e essa mesma ação política não possuía total autonomia, sendo subordinada a razões metafísicas² (*Ibidem*, p. 244). Logo, mudanças bruscas e com participação popular, como as que ocorreram na Revolução Francesa, eram rejeitadas:

[Burke] anseia por uma "revolução sem revolução", ou seja, mudanças localizadas e específicas, que sirvam para preservar as tradições já estabelecidas e sejam pensadas e conduzidas por uma distinta parcela da sociedade: os proprietários. Essas mudanças deveriam ser realizadas com absoluto distanciamento dos componentes insurrecional e popular, o que exclui também os anseios por democracia e a noção de luta por direitos. (SOUZA, 2016, p. 124)

²Devido aos resultados da ciência, o conservadorismo abandona a vinculação da ordem moral com a metafísica (BONAZZI, 1999, p. 244).

Karl Mannheim define o conservadorismo como uma contraproposta das ideias da Revolução Francesa, ou seja, uma ideologia reativa que tem como principais pontos uma descrença na razão e uma visão da sociedade como um organismo vivo (SILVA, 1996, pp. 8-9). Segundo Francisco Carlos Teixeira Silva, Mannheim afirma que o pensamento conservador é incapaz de gerar suas próprias utopias devido ao seu caráter reativo (*Ibidem*, p. 10). No entanto, os mesmos autores analisados para construir essa afirmativa idealizaram uma sociedade estamental, orgânica e sem luta de classes, descrevendo um mundo utópico (*Ibidem*). Utopia não seria apenas uma visão de futuro, podendo também assumir um conteúdo reacionário tendo o passado como matéria prima, conforme a visão de Karl Marx (*Ibidem*, p. 11). Na visão marxiana, o reacionarismo estaria ligado à aristocracia feudal vencida pela burguesia e a pequena burguesia, e o campesinato que desejariam restabelecer as antigas relações de propriedade, enquanto o conservadorismo ele próprio seria uma das vias para a modernidade e para o projeto de dominação burguesa (*Ibidem*, pp. 14-15). Com essa distinção entre reacionarismo e conservadorismo, Francisco Carlos alerta sobre a dicotomia entre iluminismo e conservadorismo construída por Mannheim. O iluminismo não pode ser reduzido apenas à noção de progresso, não sendo negado nem mesmo por Burke e outros pensadores conservadores de seu tempo. E o conservadorismo seria um dos componentes fundadores da modernidade enquanto reação de uma fração da burguesia contra outra.

O conservadorismo, conforme demonstrado até aqui, é um elemento fundador da modernidade enquanto um sistema de pensamento que representa determinadas frações da burguesia a partir da Revolução Francesa. Por conta disso, as ideias de Edmund Burke encontram reverberação até os dias atuais. A sua visão sobre a Revolução é de que ela significa dor, desordem, destruição e sofrimento, enquanto os revolucionários seriam agitadores imprudentes que não respeitam a tradição (SOUZA, 2016, p. 119). Portanto,

Esse diagnóstico da revolução e dos revolucionários, feito no imediato pós-1789, aparece com tons muitos semelhantes nos conservadores do século XX e XXI, desta feita, evidentemente, o alvo das críticas são as correntes anticapitalistas e, particularmente, o movimento comunista. Para Burke, o papel de uma revolução não seria o da construção de uma nova sociedade. (*Ibidem*)

Outra característica do pensamento burkeano, que é presente no conservadorismo contemporâneo, é a total repulsa pela participação das classes populares na política (*Ibidem*, p. 126). Estes aspectos estarão presentes na DSN, e entre os argumentos utilizados na campanha que levou à

desestabilização e posterior derrubada do governo Goulart, em 1964. Por isso, no próximo tópico discutiremos os elementos do conservadorismo e dos grupos conservadores na América Latina e no Brasil, e a sua relação com pensadores autoritários, sem perder de vista o papel do pensamento conservador como parte do projeto de dominação burguesa.

América Latina

Na América Latina e no Brasil circularam ao longo do século XX elementos do conservadorismo burkeano. Entre eles principalmente a total repulsa à participação popular na política e a rejeição a qualquer ideia de revolução que não fosse um conjunto de mudanças localizadas para preservar a tradição e guiada pela classe dominante. Essa trajetória do conservadorismo no continente sul-americano em muitas ocasiões resultou em autoritarismo, como demonstraremos adiante.

O sociólogo Florestan Fernandes debateu a articulação entre as burguesias das nações periféricas do capitalismo com a burguesia internacional e o caráter de sua dominação local. Segundo Fernandes,

a “fraqueza” das burguesias submetidas e identificadas com a dominação imperialista é meramente relativa. Quanto mais se aprofunda a transformação capitalista, mais as nações capitalistas centrais e hegemônicas necessitam de “parceiros sólidos” na periferia dependente e subdesenvolvida – não só de uma burguesia articulada internamente em bases nacionais, mas de uma burguesia bastante forte para saturar todas funções políticas autodefensivas e repressivas da dominação burguesa. (FERNANDES, 2006, p. 342)

As burguesias das nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas são necessárias para a preservação do capitalismo (*Ibidem*). Em uma nação periférica, a burguesia

não está só lutando, aí, para consolidar vantagens de classe relativas ou para manter privilégios de classe. Ela luta, simultaneamente, por sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo. Isso introduz um elemento político em seus comportamentos de classe que não é típico do capitalismo, especialmente nas fases de maturação econômica, sociocultural e política da dominação burguesa na Europa e nos Estados Unidos. (*Ibidem*, p. 345)

Os padrões morais, filosóficos e políticos que chegam das nações hegemônicas para essas burguesias se desenvolvem através de condições históricas diversas de onde foram originadas. Ao sofrerem uma oscilação ideológica e utópica, esses burgueses se consideram os pilares do capitalismo

mundial e defensores da ordem da “civilização cristã”, se alienando dos problemas nacionais e como solucioná-los. Os padrões democráticos podem ser facilmente rompidos desde que isso não perturbe o desenvolvimento do capitalismo interno, o que transforma a burguesia em uma força social autoritária (*Ibidem*, pp. 367-368). Por fim,

essa mudança levou, gradualmente, nas últimas quatro décadas, a uma nova filosofia política e a ações de classes que puseram em primeiro plano o privilegiamento da situação de interesses da burguesia como um todo. Ela serviu, pois, de fundamento para uma solidariedade de classes que deixou de ser “democrática” ou, mesmo, “autoritária”, para tornar-se abertamente “totalitária” e contra-revolucionária, em suma o fermento de uma ditadura de classe preventiva. (*Ibidem*, p. 367, grifo nosso)

As burguesias da periferia, enquanto forças sociais autoritárias, estariam sempre dispostas a implantar uma ditadura de classe preventiva, evidenciando seu caráter antirrevolucionário e antipopular. A análise de Fernandes trata de um caráter geral do comportamento das burguesias dentro do capitalismo dependente. O historiador argentino José Luis Romero nos ajudar a pensar o comportamento das direitas latino americanas demonstrando que a unidade de pensamento pode ser mais bem percebida nas origens do que no seu desenvolvimento (ROMERO, 1970, p. 20). Aspectos históricos como a colonização pela Europa, a economia mercantil e a Revolução Industrial impactaram a região de forma homogênea. As ideias medievais dos primeiros colonizadores definiram a estrutura socioeconômica senhorial do século XVI e entraram em choque com as correntes do pensamento moderno que chegaram do continente europeu. Além desses enfrentamentos, também ocorreram curiosas e variadas reelaborações doutrinárias à medida que essas variações ideológicas eram usadas para modificar a realidade (*Ibidem*, pp. 21-22). O conservadorismo, por ser um dos elementos do pensamento burguês, que funda a modernidade, também participou desse momento de embate e reelaboração de ideias no mundo colonial. E encontraria um terreno fértil em uma sociedade senhorial marcada pelo pensamento medieval, pois compartilha da mesma concepção de civilização baseada nas tradições e instituições do antigo regime (SOUZA, 2016, pp. 117-118).

Romero tenta caracterizar a direita latino-americana, evitando associá-la à burguesia, pois, segundo ele, “burguesia” e “proletariado” são categorias metodologicamente inapropriadas para a América Latina (ROMERO, 1970, p. 24). Falta ao autor o debate desenvolvido por Florestan Fernandes sobre o comportamento das burguesias nos países periféricos que as diferenciam das

burguesias do centro do capitalismo, conforme demonstrado anteriormente. No entanto, Luis Romero articula critérios políticos e socioeconômicos para caracterizar uma diversidade dentro das direitas que podem ser úteis para identificar a trajetória do pensamento conservador entre esses grupos.

O primeiro critério seria uma direita ideológica formada por grupos que não compõem uma determinada origem social, com forte influência religiosa e que percebem qualquer mudança social como algo negativo. Se sentem ameaçados por democratas, dissidentes religiosos, comunistas, liberais e maçons, e procuram se organizar em uma cruzada contra esses grupos para restabelecer a ordem. O segundo é a direita autoritária e violenta, que se vê como defensora da ordem, com forte adesão da Igreja Católica e do Exército. O terceiro critério são as classes médias e as pequenas burguesias que defendem a ordem e que enxergam as mudanças como uma ameaça a sua estabilidade. O quarto seriam grupos populares de mentalidade paternalista (*Ibidem*, pp. 28-30).

As direitas caracterizadas por Romero apresentam elementos em comum com o conservadorismo em doses que variavam a partir das necessidades políticas. Entre elas é possível localizar, considerando aspectos socioeconômicos, grupos e forças que atuam em defesa da manutenção da ordem (*Ibidem*, p. 30). O importante é que estão presentes o medo de mudanças e a total aversão à participação popular, de modo que a ação política se dá em nome do restabelecimento da ordem. E apesar de não admitir o uso da categoria “burguesia” em sua análise, o historiador argentino reconhece o papel de grupos econômicos empenhados em manter o sistema estabelecido. Porém, antes de avançarmos na discussão do papel desses agrupamentos econômicos, que chamaremos de burguesia, considerando o que já foi debatido até o momento, e o seu projeto de dominação, analisaremos como o pensamento conservador autoritário se desenvolveu no Brasil.

Brasil

Analisaremos a seguir como o autoritarismo no Brasil representou uma forma de desenvolvimento dos elementos conservadores identificados nos tópicos anteriores. As ideias autoritárias desenvolvidas no Brasil a partir das décadas de 20 e 30 do século XX são caracterizadas

pela diversidade de pensamento de seus principais ideólogos, mas possuem características principais em que convergem, conforme demonstra Boris Fausto (FAUSTO, 2001).

Em seu livro “O pensamento nacionalista autoritário: (1920-1940)”, Fausto não indica diretamente as raízes conservadoras do autoritarismo nacional, mas é possível perceber a ligação a partir de sua análise das obras de Azevedo Amaral, Oliveira Viana e Francisco Campos. Esses pensadores estavam inseridos no ambiente intelectual da década de 1930 e também se propuseram a “explicar o Brasil”, ou seja, “para descobrir novos caminhos, em busca da realização de diferentes ideais, tornava-se necessário interpretar o passado” (*Ibidem*, p. 30). Cada um desenvolveu, ao seu modo, diferentes interpretações sobre o desenvolvimento histórico brasileiro, mas todas partiam da premissa conservadora que rejeitava a toda e qualquer participação popular na vida política. O Brasil não possuiria “solidariedade social” suficiente para a implantação de uma democracia liberal, vista como uma ideia exótica para a realidade nacional. Qualquer proposta de projeto nacional devia prever uma modernização de cima para baixo, sem participação popular (*Ibidem*, pp. 45-46).

A acusação de “exotismo” que o liberalismo, e posteriormente o comunismo, recebeu destes intelectuais nos parece ignorar que o próprio conservadorismo possui raízes europeias. Como demonstramos até o momento, trata-se de uma perspectiva ideológica intimamente ligada ao surgimento da modernidade, estando presente em frações do pensamento iluminista e historicamente sendo uma das faces do projeto de dominação burguês. Na América Latina seu desenvolvimento ocorreu em um ambiente marcado pela dominação colonial em uma estrutura socioeconômica senhorial, influenciando o desenvolvimento de uma mentalidade burguesa com padrões filosóficos e morais diferentes dos europeus, como já demonstrado por Florestan Fernandes. O conservadorismo, assim como várias outras correntes de pensamento, seria mais uma dessas “doutrinas exóticas”, mas que se desenvolveram historicamente em um ambiente diferente de onde surgiram, influenciando a sociedade e ao mesmo tempo sendo influenciadas por ela.

Boris Fausto não descreve uma possível influência da obra de Edmund Burke entre os pensadores brasileiros, mas aponta a importância do francês Hipólito Taine (1828-1893) no cenário intelectual conservador brasileiro. A obra de Taine faz críticas ao racionalismo e faz uma imagem tenebrosa da Revolução Francesa e Comuna de Paris. Outro autor com grande importância para os

brasileiros foi sociólogo Gustave Le Bon (1841-1931), que seguindo as ideias de Taine, incorporou uma perspectiva psicológica em sua análise, sustentando que

em decorrência da natureza humana o homem isolado pode ser civilizado, mas em multidão retorna a barbárie, caracterizada pela espontaneidade, pela ferocidade e heroísmo. Diante desse quadro, Le Bon enfatiza o papel das elites na organização da sociedade, tanto mais que as massas combinavam a irracionalidade com uma grande e perigosa capacidade. (*Ibidem*, p.50)

Portanto, esses intelectuais também defendiam a ideia do Estado com um executivo forte e sob o comando de uma burocracia estatal, sendo a única instituição capaz de “elevar o nível” do país (*Ibidem*, p. 61). Esse argumento sobre necessidade da existência de uma “elite técnica” definindo os rumos do país longe da suposta demagogia dos políticos “populistas” é recorrente na história contemporânea brasileira e usada como ferramenta para justificar o veto a qualquer participação popular na política. Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1902-1976), com a abertura do aparato estatal para o capital multinacional e associado, formou-se em seu governo uma administração paralela composta por tecnoburocratas que atuavam no planejamento econômico por fora das instâncias oficiais e democráticas. Este seria o embrião do movimento de empresários golpistas que se organizaram para conspirar contra o governo João Goulart (DREIFUSS, 1981, pp. 71-338).

O jurista Francisco Campos foi o pensador que abordou de forma mais direta a necessidade de se combater as “doutrinas exóticas”, principalmente o comunismo, a partir do uso da força. O general Goes Monteiro (1889- 1956), grande expoente militar da Era Vargas (1930-1945), estava alinhado com essas ideias, apesar de apresentar algumas discordâncias pontuais, sendo a principal relativa ao papel das Forças Armadas. O mesmo entendia que o Exército deveria atuar como poder moderador, atuando diretamente no sistema político como um garantidor da segurança e estabilidade interna para que o desenvolvimento nacional ocorresse (FAUSTO, 2001, pp. 61-65). Segundo Alfred Stepan, os militares brasileiros agiram dentro deste padrão moderador – uma particularidade das Forças Armadas na América Latina – em todas as crises políticas até o início da década 1960, sempre sendo convocados pelos políticos. Após a resolução da crise, o poder seria devolvido aos civis e os militares voltariam para os quartéis. O golpe de 1964 seria uma quebra desse padrão moderador, com a recusa da devolução do controle do Estado aos políticos civis (STEPAN, 1970). Apesar da importância de se entender a atuação política dos militares, eles não agiram sem articulação com

outros atores políticos e econômicos. Não podemos negligenciar o papel das classes dominantes e do empresariado, sob a pena de terminar por legitimar o discurso oficial dos próprios militares, como nos alerta René Dreifuss (DREIFUSS, 1981, p. 486). Além disso, a ideia de poder moderador ignora que havia uma multiplicidade na identificação partidária dos militares à direita, enquanto o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nunca possuiu o mesmo apoio no meio militar que os partidos de direita tinham (*Ibidem*, p. 82).

Raízes conservadoras da Doutrina de Segurança Nacional

O período de produção e início de circulação das ideias descritas no tópico anterior foi a partir da década de 1920 e em seguida abrangendo toda a Era Vargas, influenciando o cenário político dos anos posteriores, incluindo a Ditadura Militar que sucedeu o golpe de 1964. Agora tentaremos demonstrar como esse autoritarismo de raízes conservadoras fez parte da Doutrina de Segurança Nacional, se constituindo como um dos elementos de justificativa para domínio dos militares após 1964. A intenção não é negar a diversidade de perspectiva política e ideológica no período, mas traçar a trajetória do autoritarismo e o seu papel nos eventos políticos, econômicos e sociais.

Francisco Campos não apenas viveu para acompanhar os acontecimentos de abril de 1964, como também participou da elaboração do primeiro Ato Institucional publicado em 09 de abril, que expandiu

os poderes do Executivo, limitava os do Congresso e do Judiciário, e dava ao presidente sessenta dias de poder para cassar mandatos e cancelar direitos políticos por dez anos, bem como seis meses para demitir funcionários públicos civis e militares (GASPARI, 2002, p. 124)

A presença de Campos neste momento de tomada de poder pelos militares não é simples acaso e indica uma continuidade no pensamento autoritário brasileiro. As ideias do General Goes Monteiro foram reelaboradas no âmbito da DSN e o General Golbery (1911-1987) – o seu principal teórico no Brasil, um dos criadores do Serviço Nacional de Informações (SNI) e dirigente do (IPES) – reconheceu a importância da obra de Oliveira Viana (CARVALHO, 2019, pp. 34-39). O general Ernesto Geisel (1907-1996), o penúltimo presidente militar, também fez o mesmo (*Ibidem*, p. 40).

Antes de avançarmos devemos primeiro debater sobre a chegada da DSN no Brasil e como foi o seu desenvolvimento. Segundo Mendes,

a Doutrina de Segurança Nacional apresentou-se como um corpo de princípios elaborados por civis norte-americanos do National Security People, nos Estados Unidos. Surgiu ao longo dos dez anos posteriores à Segunda Guerra Mundial e buscava responder tanto a uma demanda por um novo papel a ser desempenhado pelos EUA no cenário posterior a Segunda Guerra Mundial, quanto à perspectiva vigente dentre os policy makers norte-americanos de que a União Soviética, nesse novo contexto, apresentava-se tão expansionista quanto à Alemanha nazista havia sido às vésperas da II Guerra (MENDES, 2013, p. 6).

Portanto, o contexto internacional deve ser considerado ao debatermos a sua chegada ao Brasil e na América Latina, e a sua relação com os golpes de Estado que varreram o continente a partir dos anos 60 e a implantação de ditaduras de segurança nacional em vários países. O início desses golpes estaria ligado com a mudança de estratégia dos Estados Unidos da América para a região, norteados pela ideia de inimigo interno, típica da DSN. O posicionamento do governo americano mudaria gradativamente a cada golpe, partindo inicialmente de uma condenação à implantação de regimes não democráticos, seguido de certa conviência e, por fim, uma acomodação e tolerância com as ditaduras de extrema-direita (BANDEIRA, 2016, p. 111). O aprofundamento da aplicação das diretrizes da DSN, bem como a pressão de corporações multinacionais contra a possibilidade de valorização da força de trabalho no subcontinente, resultaria em um verdadeiro uso do terrorismo como política externa para desestabilização do regime cubano e de governos que não haviam rompido laços diplomáticos com Cuba e nem se alinhado incondicionalmente aos EUA (*Ibidem*, pp. 114-115).

A DSN se estabeleceu na América Latina apropriando-se e reformulando ideias e conceitos que já circulavam na região, como o anticomunismo e a concepção geopolítica das elites (MENDES, 2013, p. 13). Em solo brasileiro ela foi desenvolvida na ESG, fundada em 1949, orientando os governos militares e intervindo nos rumos da sociedade (CARVALHO, 2019, p. 21), dando grande importância para o aspecto da segurança interna, em compasso com o pensamento de Monteiro e Campos (*Ibidem*, p. 35). A Ditadura Militar brasileira difundiu o binômio segurança e desenvolvimento, de modo que sem um ambiente interno seguro o país jamais poderia desenvolver-se plenamente (QUADRAT, 2015, p. 161) e antes mesmo do golpe a noção de segurança

nacional já circulava para fora dos muros da Escola Superior de Guerra, sendo incorporada pelo IPES (DREIFUSS, 1981, p. 240).

Durante os governos militares o uso da força como forma de se combater “doutrinas exóticas” e o que era entendido como comunismo, ou seja, qualquer tipo de mobilização popular esteve completamente alinhada com a preocupação da segurança interna:

As informações de segurança interna eram o elemento vital para o funcionamento e preservação da autonomia dos organismos de segurança. Há uma relação de causalidade recíproca entre a informação e a repressão. As informações possibilitavam as operações repressivas que visavam a segurança interna. As ações repressivas, por sua vez, revelavam novas informações que justificavam a existência de órgãos de segurança. (CARVALHO, 2019, p. 60)

A preocupação com a obtenção de informações é evidenciada pela criação de uma comunidade de informações, que era um conjunto de órgãos das três Forças Armadas e do Governo Federal criados com essa finalidade, que agiam de forma descentralizada e muitas vezes concorrendo entre si, gerando problemas para o regime (*Ibidem*, p. 65). O SNI foi um dos mais importantes, sendo fundado apenas poucos meses após o golpe. O General Golbery, seu fundador, deixou o IPES, porém sem cortar vínculos. Pelo contrário, leva para o SNI arquivos dos IPES e militares do seu círculo mais próximo para compor o comando do novo órgão, entre eles os futuros presidentes Ernesto Geisel, Emílio Médici e João Figueiredo (DREIFUSS, 1981, pp. 421-422).

O Serviço Nacional de Informações funcionou não somente como um órgão de espionagem, mas também como um definidor de diretrizes políticas, sociais e militares para o governo, assessorando o presidente em sua tomada de decisões. Atuava como um ministério paralelo fora da hierarquia militar, mantendo e apoiando politicamente o regime, agindo como um partido. É mantido um fluxo de trocas de informações com o IPES, que era responsável por coletar informações e elaborar relatórios de teor anticomunista que serviam de fontes para Inquéritos Policiais Militares (*Ibidem*, pp. 422-424).

O cientista político Luiz Alberto de Moniz Bandeira indica que o complexo formado pelo IPES e IBAD teve origem no começo dos anos 60 com empresários ligados a burguesia comercial e a grupos estrangeiros que pretendiam se articular contra o governo João Goulart em nome do combate ao suposto “perigo comunista” e em estreito contato com a CIA (BANDEIRA, 2010, p. 174). Em extensa análise, René Dreifuss demonstra que após o golpe de 1964 esses empresários e

militares ativistas do IPES ocuparam vários cargos de importância dentro da administração pública principalmente durante o governo Castelo Branco (1964-1967), assumindo ministérios, direção de empresas estatais e órgãos de planejamento, influenciando os rumos da economia e das políticas públicas aplicadas pelo regime, rompendo com as diretrizes do período anterior. O instituto também teve participação na elaboração da constituição de 1967 e do extenso arcabouço legal promulgado no período que reformaram o Estado brasileiro, adequando-o às demandas do capitalismo monopolista mundial. O IPES serviu como um espaço para que o interesse do empresário fosse representado dentro do aparato estatal e ao mesmo tempo como formulador de diretrizes, enquanto o governo militar seria responsável por sua execução (DREIFUSS, 1981, pp. 417-479).

A Doutrina de Segurança Nacional, como Carlos Fico afirmou, se adaptou ao longo dos diferentes governos militares, mantendo como ideias básicas a importância dada à segurança e ao desenvolvimento de forma atrelada. O anticomunismo possui continuidade com a total ojeriza que o pensamento conservador tem em relação a qualquer movimento – revolucionário ou não – que tem as massas populares como protagonistas em busca de melhores condições. As ideias dos pensadores autoritários influenciaram a DSN, assim como as elites que a frequentavam a ESG e/ou eram ativistas do complexo IPES/IBAD. Essa repulsa a qualquer manifestação política das classes subalternas no Brasil foi justificada por intelectuais através da tese de que a sociedade brasileira não possui “solidariedade social” e qualquer tentativa de implantar uma democracia liberal burguesa nos moldes europeus poderia resultar no domínio de políticos demagogos, corruptos e populistas. Ou, na pior das hipóteses, deixar o país cair nas garras do comunismo.

O pensamento conservador encontrou um espaço particular para se desenvolver na América Latina, favorecido por uma burguesia avessa a ideias democráticas e sempre pronta para soluções autocráticas, conforme a explicação de Florestan Fernandes. É preciso levar em conta que o conservadorismo não é uma simples “reação feudal” e anti-burguesa à Revolução Francesa, mas um projeto de uma parcela da burguesia estabelecida (SILVA, 1996, p. 18). A “oscilação ideológica e utópica” sofrida pela burguesia latina que Fernandes denuncia pode ser entendida como o resultado das condições históricas – marcadas pela estrutura senhorial e escravista – que não ofereceram

terreno fértil para outras correntes do pensamento iluminista³. As bases do pensamento conservador atravessaram a formação histórica dos países da América do Sul, se misturando e fazendo presente entre as direitas, se adaptando às elaborações intelectuais de cunho autoritário e compondo a DSN.

Bonapartismo brasileiro

A defesa conservadora de mudanças políticas “pelo alto”⁴ se “mostrou uma tendência histórica concreta nos regimes que surgiram para conduzir a modernização capitalista tardia, ou hipertardia” (SOUZA, 2016, p. 135). Marx denomina esses regimes de “bonapartismo”, em um cenário em que o proletário surge como nova força revolucionária, se tornando o alvo de todo o arsenal antirrevolucionário dos conservadores. Nos momentos de crise revolucionária, como na França de 1848, os setores da classe dominante se uniram no “Partido da Ordem” com a preocupação de manter as estruturas ameaçadas pelo proletariado e, desse modo, a burguesia impunha ideologias conservadoras (*Ibidem*, pp. 135-138).

Luís Bonaparte conseguiu instaurar uma ditadura diante da inércia desse Partido da Ordem aterrorizado com a possibilidade de sublevação das massas populares. Bonaparte oferece a “paz” desejada pela burguesia favorecendo a aristocracia financeira, golpeando a pequena burguesia e reprimindo os trabalhadores. Nesse jogo, as classes dominadas são duramente reprimidas de um lado, enquanto são cooptadas de outro. A pequena burguesia, apesar de esmagada pelo capital, não se alia ao processo revolucionário, escolhendo aderir aos lemas conservadores em busca de manter sua condição dentro do capitalismo (*Ibidem*, pp. 140-141).

No regime bonapartista o líder é visto como um salvador da pátria acima das classes que surge em um momento crítico, em compasso com as ideias de cavalaria e nobreza defendidas por Burke (*Ibidem*, p. 142). É um momento histórico da sociedade em que a burguesia perde a hegemonia e se encontra dividida, mas ainda se mantendo como classe dominante. O bonapartismo

³Não estamos aqui idealizando o papel do liberalismo como um fomentador de ideais democráticos e ignorando suas contradições. Em 1848 na Europa o pensamento liberal já se tornava um dos pilares do conservadorismo (SOUZA, 2016, p. 132).

⁴Ou seja, a defesa de que as mudanças e reformas políticas, econômicas e/ou culturais devem ser dirigidas e planejadas pelas classes dominantes (SOUZA, 2016, p. 36).

“salva” o sistema burguês, ainda que à custa de alguns de seus setores e de certos ideais pequeno-burgueses (*Ibidem*, pp. 144-145). Nas palavras de Felipe Demier:

o bonapartismo se constituiria essencialmente em um regime da ‘paz civil’ assentado “sobre uma ditadura policial-militar”. Tendo como missão última salvaguardar a propriedade capitalista diante da ameaça proletária – e nesse aspecto mais genérico se equivale tanto ao fascismo como à democracia burguesa –, seu procedimento político seria o de, por intermédio de um encorpado e relativamente autônomo aparelho de Estado, impedir justamente a eclosão dessa cruenta guerra civil apregoada pelo fascismo, poupando a sociedade burguesa de fortes e perigosas convulsões internas. (DEMIER, 2017, p. 77)

O bonapartismo é a forma política assumida em que o aparelho estatal adquire relativa autonomia sobre as classes dominantes que se encontram divididas e em crise hegemônica. Assume a forma de uma ditadura que reprime e coopta as classes dominadas em nome da preservação do capitalismo, enquanto o conservadorismo fornece o discurso político necessário para sua legitimação (SOUZA, 2016, p. 146). No caso brasileiro, assume a forma do autoritarismo, fornecendo bases ideológicas para a Ditadura Militar através da Doutrina de Segurança Nacional, como já demonstramos.

As obras baseadas na interpretação da Ditadura partindo da noção de bonapartismo apontaram o caráter de classe do regime e a autonomia relativa do Estado. Demier faz uma análise desses trabalhos (DEMIER, 2017, pp. 78-87), destacando que René Dreifuss discorda da visão bonapartista, pois a conquista do Estado pela burguesia foi completa (*Ibidem*, p. 82). No entanto, consideramos adequada a mobilização do conceito marxista de bonapartismo elaborada por Renato Lemos para compreender o período:

Sua vinculação prioritária ao grande capital multinacional e associado; a grande autonomia do Estado militarizado em relação aos interesses particulares das frações das classes dominantes, em face dos quais, quando em conflito, exerce o papel de árbitro; a preeminência, no interior do Executivo hipertrofiado, do aparato repressivo policial-militar; a pretensão à legitimidade com base em um projeto democrático-modernizante-conservador. (LEMOS, 2014, p. 129 *apud* DEMIER, 2017, p. 86)

Nesta caracterização da Ditadura Militar encontramos cristalizados vários elementos da prática conservadora elaborados pelos pensadores autoritários nas décadas de 1920 e 1930 que foram apresentados e discutidos ao longo deste texto. Principalmente a defesa de um Estado com poder Executivo forte e capaz de reprimir, com a força sempre que necessário, as classes populares.

O período ditatorial, é preciso salientar, não foi homogêneo e existiu variação nos elementos da DSN ao longo dos governos, assim como o seu caráter bonapartista:

Já no início dos anos 1970, a ditadura bonapartista iniciou um processo de metamorfose, cujo sentido seria sua transmutação em uma forma de dominação hegemônica no país, isto é, na qual, por meio de uma combinação relativamente equilibrada entre coerção e consenso, a burguesia ou algumas de suas frações pudessem, diretamente, dirigir o processo político no país, logrando apresentar seus interesses particulares como os interesses gerais da nação. A construção, finalmente, de uma democracia liberal no país ocorreria, sobretudo a partir do início dos anos 1980, em sintonia com o processo de reformatação dos regimes democráticos vivenciado na Europa e nos Estados Unidos quando da ofensiva neoliberal. (DEMIER, 2017, p.87)

Essa nova arrumação foi resultado do novo período neoliberal e do novo concerto das frações da burguesia que resolveram sua crise hegemônica, dispensando a necessidade de um Estado autônomo. Com o fim da Guerra Fria e da democracia, a Doutrina de Segurança Nacional foi abolida, ao menos oficialmente, das Forças Armadas dos países da América Latina (QUADRAT, 2015, p. 162). No entanto, isso não significou em um aumento da participação popular na política brasileira, pois

quando de sua tardia implementação no Brasil, a democracia já apareceria dotada dos crescentes ingredientes antipopulares que recheavam as democracias nos países centrais por conta de sua remodelagem neoliberal, tornando-as cada vez mais blindada à penetração de reivindicações populares. Nesse sentido, a democracia projetada sob os auspícios da ditadura bonapartista constituía-se em um regime de dominação político-social que, embora hegemônico, era altamente restrito e de sentido contrarreformista. (DEMIER, 2017, p. 87)

O surgimento desta “democracia blindada” sugere que elementos conservadores tenham abandonado parte de sua roupagem autoritária e com potencial para assumir novas formas.

O caso da Ditadura Militar brasileira é emblemático quanto à maneira como ideias conservadoras atuaram como forma de legitimar a dominação nos momentos em que a estrutura autoritária do Estado esteve em evidência. O regime foi influenciado por novas formulações que encontraram terreno fértil em um ambiente já propício às ideias autocráticas, conforme discutido até aqui. O cientista político estadunidense Samuel Huntington foi um importante ideólogo do pensamento conservador da época⁵ e que nas palavras de Renato Lemos foi, em termos gramscianos,

⁵A influência das ideias de Huntington não se restringiu apenas às relações do governo norte americano com o Brasil durante os anos 60 e 70, também tendo grande peso na política “guerra total” ao terror no início do século através de sua teoria sobre o “choque de civilizações”. Para mais informações consultar: MATTOS, Marcelo Badaró. As bases teóricas do revisionismo - o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.). A miséria da historiografia – uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 67-98.

“um intelectual orgânico do capitalismo transnacional” (LEMOS, 2018, p. 125). O “intelectual orgânico” é conceituado por Antônio Gramsci da seguinte forma:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político. (GRAMSCI, 1982, p. 3 *apud* LEMOS, 2018, p. 125).

Huntington, que tinha conexões com as Forças Armadas estadunidenses, esteve no Brasil mais de uma vez entre os anos 60 e 70, participando de eventos acadêmicos, realizando encontros com autoridades e redigindo documentos que orientaram o regime sobre como a abertura seria realizada e tutelada a partir de sua visão institucionalista (*Ibidem*, pp. 131-161) Em seus trabalhos teóricos, Samuel se empenhou em buscar definições para o conservadorismo e suas diferentes interpretações. O eixo central seria o pensamento de Edmund Burke, de forma não muito diversa do que foi explanado anteriormente neste texto (TRIGUEIRO, 2015, p. 108).

É irônico perceber como muitos pensadores conservadores conseguiram indicar os mesmos elementos do conservadorismo ressaltados por pensadores críticos. As divergências repousam de modo mais acentuado na interpretação da trajetória histórica. Diferentemente do que debatemos nas páginas anteriores, Huntington entende o conservadorismo como um impulso para lidar com uma determinada ameaça particular em um momento histórico, quebrando qualquer conexão sistêmica entre as inúmeras manifestações conservadoras (*Ibidem*, p. 110). Não é por acaso que o ponto central de seu pensamento é a defesa das instituições como forma de garantir a estabilidade tão cara aos conservadores⁶.

Conclusão

⁶ O caráter ahistórico da ação política está presente em parte da historiografia sobre o Golpe de 1964, que defende, entre outras teses, que o Golpe foi um consenso negativo. É chamativo como essa interpretação converge com as formulações de um ideólogo norte americano como Samuel Huntington que trabalhou em conjunto com o regime. Para mais, consultar “MATTOS, Marcelo Badaró. O sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura – um debate historiográfico. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). 1964: 50 anos depois – a ditadura em debate. Aracaju: EDISE, 2015. p. 35-83.”

No Brasil, enquanto país da periferia do capitalismo localizado na América Latina, o autoritarismo foi uma expressão do conservadorismo. Ao contrário do que defende Carlos Fico no verbete citado no começo do texto, o pensamento autoritário é composto por aspectos fundamentais do conservadorismo. Ambos não devem ser entendidos como ideologias estáticas, mas como ideias que vão sendo formuladas em função das condições históricas em que se encontram, agregando novos elementos e descartando outros. No entanto, concordamos com Fico no que se refere a DSN ser uma expressão do autoritarismo.

As características que permaneceram mesmo com toda essa dinâmica evidenciam a persistência de uma intenção básica que repousa no estilo de pensamento conservador (MANHEIM, 1986, p. 82). A continuidade do conservadorismo pode ser explicada pela própria continuidade da sociedade capitalista, pois é um de seus formadores. Sua expressão política, o bonapartismo, representa a manutenção desse projeto de dominação burguesa em momentos de crise.

Referências Bibliográficas

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional**. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). 1964 Visões Críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2016. Cap. 7. p. 103-122.

_____. **O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil – 1961-1964**. 8ª Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010

BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PAASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília, Editora Unb, 1999, Volume I, p. 242-246.

CARVALHO, Aloysio Henrique Castelo de. **Liberalização e tutela militar: o governo Geisel**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

DEMIER, Felipe. Da ditadura bonapartista à democracia blindada. In: MATTOS, M. B, **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, p. 67-101, 2017.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe.** 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário: (1920-1940).** Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2001.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”.** São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica.** 5ª Edição. São Paulo: Editora Globo, 2006.

FICO, Carlos. Conservadorismo durante a ditadura militar. In: Francisco Carlos Teixeira da Silva; Sabrina Evangelista Medeiros; Alexander Martins Vianna. (Org.). **Dicionário crítico do pensamento da direita: ideias, instituições e personagens.** Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2000, v. 1, p. 99-100.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada: As ilusões armadas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LEMOS, Renato. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979).** 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MAINNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de S. (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural.** São Paulo: Hucitec, 1986. cap 3, p.77-131

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional - algumas considerações sobre a historiografia. *In: Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 06-38, 2013.

QUADRAT, S. V.. Doutrina da Segurança Nacional. *In: SILVA, Francisco Carlos T. da. (Org.). Enciclopédia de Guerras e Revoluções: A Época da Guerra Fria (1945-1991) e da Nova Ordem Mundial.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2015, v. 3, p. 161-162.

ROMERO, José Luis. **El Pensamiento Político de la Derecha Latinoamericana.** Buenos Aires, Paidós, 1970

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **O Conservadorismo como via para a modernidade.** *In:* Anos 90 - Revista do Programa de Pós-graduação em História UFRGS. Porto Alegre, 1996

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo. 2016.** Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política. As mudanças de padrões na vida brasileira.** Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TRIGUEIRO, G. R. L.. Conservadorismo: perspectivas conceituais. *In:* **Revista Estudos Políticos**, v. 6, p. 86-107, 2015.